As bodas de ouro de Alaerte Barbosa

50 anos de amor e trabalho pelo café

Miguel Barbosa do Rosário

No início da década de 60, o jovem Alaerte Telles Barbosa estava insatisfeito com sua profissão de técnico em radiologia hospitalar. Ele fazia exames em pessoas em estado terminal e não conseguia dormir à noite. “Depois houve o caso de uma criança que nasceu prematura, e eu fui lá com um aparelho portátil, o bebê ainda estava ensanguentado. Aquilo me deixou mal. Falei pra

minha esposa: não é a profissão que eu queria. Foi quando encontrei um colega, que trabalhava numa firma de café, que era degustador.

Então ele me disse: Alaerte, vamos fazer um teste sensorial pra ver se você tem aptidão pra ser um degustador de café. Eu fiz preliminarmente um teste e ele achou que eu tinha capacidade, e me indicou para fazer um curso aqui no IBC, na Rodrigues Alves.”

“Aí eu fui ao IBC, fui aprovado no teste, fiz o curso. Depois de terminado,

para minha sorte, houve um concurso para classificador e degustador, e eu fui o segundo colocado. O falecido Ademir Menezes, que jogava futebol, foi o primeiro colocado, mas ele exerceu a função de fiscal no IBC.”

“Eu fui nomeado na época do presidente [do IBC] Nelson Maculan, que para mim foi um pai, uma pessoa espetacular. Mais tarde ele foi senador. Uma pessoa de uma índole muito boa. Como não tinha vaga de classificador e degustador aqui no Rio, me mandaram pra Vitória. Então fui exercer a minha profissão lá. Primeiramente eu comecei na agência de Vitória, na parte de compra de café, depois fui trabalhar no porto, na mesma cidade. Após uns dois anos no porto, fui nomeado para chefiar a subagência de classificação em Colatina, também no Espírito Santo.”

“Fiquei lá até 1966, aí consegui minha transferência para o Rio. Vim pra sede, na avenida Rodrigues Alves, e fui designado para trabalhar na Inspeção de Café. Viajava junto com os inspetores, para avaliar as compras que o governo fazia de café. Como eu era um técnico, eu viajava junto com o inspetor, para avaliar se as compras estavam corretas ou não. Depois disso eu assumi várias chefias dentro do IBC. Permaneci no IBC por 30 anos.

Em 1990, o presidente Collor extinguiu o IBC e eu perma-

neci ainda durante dois anos auxiliando o inventariante a avaliar o patrimônio da instituição, principalmente os cafés estocados.”

“Quando terminou esse período, eu pedi minha aposentadoria. Ao me aposentar, a princípio eu fui chamado para trabalhar na Bolsa de Gênero Alimentício, porque ela classificava todo produto de origem vegetal, seja milho, soja, feijão, etc, só não entrava no café que era uma atribuição do IBC. Com a extinção do IBC, ela passou a classificar também café. Eu ajudei a montar um centro de classificação de café na Bolsa. Essa bolsa funciona ainda em Irajá, no mercado de São Sebastião.”

“Após um ano, por volta de 94, o Paula Motta, da Abic, me convidou para ministrar cursos para os industriais de café. Fiquei na Abic uns oito anos. Depois desse período, começou a escassear o número de industriais vindo participar do curso, então a Abic desativou o centro de treinamento. Quando desativou, continuei recebendo muitos pedidos para continuar ministrando alguns cursos. Foi quando vim conversar com Dr. Guilherme [Guilherme Braga, presidente do CCCRJ], que me convidou para montar um centro de treinamento aqui no prédio [sede do CCCRJ, na rua da Quitanda]. Aí abri minha própria empresa, denominada Grão Mestre Café.”

“O Centro de Comércio de Café de Vitória, através do senhor Otacílio Coser, também me convidou para ministrar cursos lá e eu fiquei durante uns cinco anos dividindo meu tempo entre o Rio

e Vitória. Uma semana aqui, outra semana lá. O curso em Vitória era patrocinado pela Sebrae. Após cinco anos, houve mudança no comando da Sebrae e desativaram o centro de treinamento em Vitória. Aí eu fiquei só aqui [no Rio].”

“Mas meu curso é itinerante. A gente ministra cursos em fazendas de café, cooperativas. Duas vezes por ano, eu vou à Cocapec, em Franca [interior de São Paulo], ministrar cursos. Eu estive na Coopimac, na Bahia. Na Copinhal. Quase todas essas cooperativas tem me chamado para treinar o pessoal na parte de classificação da COB [classificação oficial brasileira]. Fora isso, alguns fazendeiros de café também tem me convidado, para ministrar cursos aos funcionários. Eu trabalho junto com Sérgio Béier, um rapaz que treinei na Abic. Hoje eu e ele somos sócios.”

Barbosa informou que já concluiu um livro para transmitir à posteridade a sua longa experiência no campo da degustação. O projeto está em fase de revisão e deve ser publicado em breve. É sobre a profissão de degustador, não apenas de café. Degustador de vinho, cerveja, café... O título é “Degustador, profissão esperança”.

O produtor do café Jacu, um dos mais premiados no país, participou de um dos cursos de Barbosa e deu depoimento, ao livro, em que admite a importância fundamental das aulas de Barbosa em sua busca pela excelência do sabor de seu café.

Nascido em 27 de junho de 1938, no bairro de Jacarepaguá, Alaerte Telles Barbosa, tem uma história de vida dedicada à cafeicultura e à ciência da degustação. Acompanhou a evolução da qualidade do café com suas próprias glândulas.

Em entrevista à Revista do Café, Barbosa falou sobre o velho mito segundo o qual o melhor café brasileiro era exportado, e o pior permanecia aqui.

“O povão está habituado a tomar

o café de qualidade inferior. Por quê? É que ao longo dos anos, as pessoas ficaram acostumadas. Isso aconteceu também por causa de ações do governo. Na época do IBC, a gente padronizava o café que era comprado, separando os cafés de melhor qualidade, melhor bebida, que era colocado nos entrepostos internacionais. Tínhamos entrepostos em Beirute, em Hong Kong e Trieste. O governo fazia a chamada Operação Casada. Era um incentivo para que o importador comprasse cafés do Brasil e tivesse algumas vantagens lá fora. Um exemplo, ele comprava uma partida de um exportador de café; a cada três sacas, ele tinha direito de comprar uma saca no entreposto de seu país, livre de sanções cambiais, de transporte marítimo. Esse incentivo também era dado para o exportador; havia um cálculo para incentivo tarifário. Quando se provava que o café, através de um documento alfandegário, havia chegado ao país de destino, o governo liberava um Aviso de Garantia, de 20 cents por libra-peso, para o exportador. Estes Avisos de Garantia eram papéis que valiam como dólar, na transação de café. Com esse papel, o exportador podia negociar café.”

“Nessa época, a gente mandava

os melhores cafés para fora e os que tinham mais defeitos ficavam no mercado interno. Só que naquela época, o governo estipulava que o café negociado internamente deveria ser do tipo 8, com até 360 defeitos. O café inferior a este padrão não poderia ser comercializado no mercado interno. Com a extinção do IBC, isso ficou em aberto. Então muitas indústrias começaram a usar cafés com mais de 500 defeitos, e a qualidade piorou muito.”

Esse verdadeiro “apagão” de qualidade causado pela extinção do IBC só começou a ser revertido, segundo Barbosa, com as iniciativas da Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), para criar um sistema de autorregulamentação do setor. “Foi quando foi criado o Selo de Pureza.” A partir daí, Barbosa notou uma tendência de melhora na qualidade do café oferecido ao consumidor nacional Tendência puxada pela criação de prêmios de qualidade, pelos ágios pagos pelo mercado e pelo surgimento de consumidores interessados numa bebida mais sofisticada.